

## A PANDEMIA E AS BOAS PRÁTICAS DE SAÚDE VENCEDORAS DO PRÊMIO DE GESTÃO PÚBLICA DE SANTA CATARINA<sup>1</sup>

Isabela Pedroso Troyo<sup>2</sup>, Paula Chies Schommer<sup>3</sup>, Camila Pagani<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Vinculado ao projeto “Coprodução, accountability e inovação: dilemas e perspectivas na democracia contemporânea”

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Administração Pública – ESAG – Bolsista PROBIC - isabelatroyo@gmail.com

<sup>3</sup> Orientadora - Departamento de Administração Pública – ESAG – paulacs3@gmail.com

<sup>4</sup> Coorientação - Doutoranda em Administração – ESAG – pagani.camila@gmail.com

Realizado desde 2016 pelo Departamento de Administração Pública da Esag Udesc e diversos parceiros, o Prêmio de Boas Práticas em Gestão Pública de Santa Catarina busca identificar, reconhecer e estimular práticas inovadoras e incentivar a participação e a troca de experiências entre diversos atores envolvidos na gestão pública. A realização do Prêmio envolve uma rede de atores, tanto na organização como na submissão, avaliação e debate das práticas, os quais compartilham conhecimentos e experiências, gerando aprendizagem por meio de interações e relações em torno nas temáticas trabalhadas. O tema das três edições do Prêmio foi “transparência com cidadania”. A importância de incentivar a transparência no setor público através de iniciativas como a do Prêmio está na valorização de práticas que promovem o engajamento e a participação cidadã, tanto na demanda como no uso de informações públicas, bem como na melhoria de processos, otimização de recursos e aprimoramento do controle público.

A apresentação das práticas finalistas e o evento de premiação da edição 2020 ocorreram em julho de 2021, em formato virtual em função da pandemia de Covid-19. As três categorias definidas no edital foram: Municipal, Estadual/Federal e Organizações da Sociedade Civil/Empresas/Profissionais Autônomos. As modalidades foram: Gestão da Saúde Pública, Educação Pública e de Obras/Serviços Urbanos. Para avaliar as práticas, foram considerados seis critérios: criatividade, relevância, aderência, avaliação de monitoramento, resultados e potencial de difusão. As “Boas Práticas” classificadas foram divulgadas no site e nas redes sociais do Prêmio e as três primeiras classificadas em cada categoria e modalidade foram apresentadas no evento.

Dentre as práticas premiadas, este trabalho focalizou quatro delas, da modalidade Gestão da Saúde Pública, na categoria Municipal e Estadual ou Federal. A delimitação decorre do contexto de pandemia, o qual desafia todas as esferas, especialmente a saúde pública. O objetivo é identificar, dentre as práticas observadas, possíveis contribuições e adaptações na gestão pública em resposta à pandemia de Covid-19.

Os dados foram obtidos a partir da análise das práticas e do momento de apresentação das finalistas e debate no evento realizado em julho de 2021. Para análise dos dados foram elencados critérios, conforme Tabela 1.

**Tabela 1. critérios de análise**

Critério	Definição
Contribuições	Como a existência anterior dessa prática contribuiu, direta ou indiretamente, para a resposta do órgão à pandemia?
Adaptação	Como a pandemia afetou a prática e/ou quais foram as adaptações necessárias nesse período?

A análise de quatro práticas premiadas permite observar:

**Tabela 2.** observações em relação aos critérios de análise

Contribuições	Adaptação
<b>Prática 1: Aplicativo Controle Dengue (Prefeitura Municipal de Itajaí)</b> Foram adotadas melhorias na gestão de saúde contra a dengue e o descongestionamento dos postos de saúde, o que, de modo indireto, contribuiu para diminuição de filas e leitos essenciais no momento de pandemia.	A pandemia consumiu a equipe de tecnologia de dados que trabalha com relatórios de Power BI sobre a dengue. Por isso, foi necessário reorganizar as atribuições da equipe para atender as demandas de ambos os relatórios.
<b>Prática 2: A Regulação Centrada na Pessoa (Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis)</b> Ao ampliar o acesso ao sistema de saúde com a diminuição dos tempos de espera, a prática contribuiu para reduzir o número de atendimentos a outras doenças nos postos e hospitais. Isso foi importante na pandemia, para utilizar menos recursos e reduzir contaminações nos locais de atendimento.	Com o aumento pela procura de hospitais, houve atraso nas listas de esperas dos procedimentos eletivos. Os gestores públicos precisaram reorganizar as listas, para tentar diminuir esse atraso.
<b>Prática 3: Ampliação da comunicação dos serviços em saúde e participação social no SUS dos conselhos locais de saúde de Joinville (Conselho Municipal de Saúde)</b> Um dos indicadores da boa prática fora a efetivação do mecanismo de participação social do SUS. Esse programa foi relevante no momento da pandemia, pois serviu para ouvir, instruir e aproximar as comunidades locais das medidas sanitárias de enfrentamento ao coronavírus.	Algumas mudanças aconteceram no Conselho Municipal de Saúde, como a realização da 1ª assembleia em formato online. Os conselhos locais continuaram suas reuniões e deliberações, porém apenas com a mesa diretora. As reuniões não foram abertas para a comunidade por conta dos cuidados necessários. Foi criada uma comissão da Covid-19 de Joinville, a fim de ouvir a sociedade e os profissionais da saúde e levar demandas para os responsáveis.
<b>Prática 4: Transparência nas Listas de Espera do SUS (Ministério Público de SC)</b> Apesar de ser voltado para listas de espera não emergenciais, durante a pandemia foi possível aproveitar o conjunto de ferramentas criado para o programa, como bases de dados de saúde via Power BI, disponibilizando o monitoramento em tempo real dos leitos de UTI por região do estado de Santa Catarina.	Como a tecnologia para facilitar a transparência na fila de espera do SUS já havia sido desenvolvida, foram necessárias poucas adaptações para utilizá-la no contexto da pandemia.

Observa-se que essas práticas foram planejadas antes da pandemia, em geral com o objetivo de, com transparência, melhorar o serviço público de saúde catarinense. Os gestores sequer imaginaram uma pandemia como a que ocorreu em 2020. Entretanto, os mecanismos de transparência e gestão foram úteis para a gestão de saúde emergencial na pandemia.

Na maioria dos casos apresentados, a relevância das ações não foi direta, como no tratamento da doença. Porém, ao desenvolver transparência no serviço público, os gestores obtiveram diminuição nas filas de espera, desenvolvimento de tecnologias de acompanhamento de usuários de postos e hospitais e participação social. Isso contribuiu para a gestão da pandemia no sistema de saúde.

**Palavras-chave:** Transparência. Rede. Boa Práticas.